

# ***A coragem da alternativa urgente***

## *Projeto de Resolução Política*

Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, 26 novembro 2016

### **1. O tempo dos acordos**

- O resultado das eleições legislativas de 2015 colocou a direita em minoria no parlamento travando o seu ímpeto destruidor austeritário. A partir daí não mais a aliança entre PSD, CDS e a troika teria condições para desenvolver livremente os seus ataques ao Estado Social e aos direitos dxs trabalhadorxs nem para fazer uma política de distribuição da riqueza tão claramente inclinada para o capital contra o trabalho.

- Por outro lado, tendo o PS obtido resultados inferiores à direita necessitava urgentemente de um acordo à sua esquerda para governar: em primeiro lugar porque era a única forma da sua direcção sobreviver politicamente às eleições; em segundo lugar porque a própria sobrevivência do seu projecto político estaria em causa se, depois de anos em que o social-liberalismo se deixou confundir com o neoliberalismo, optasse pela viabilização de um governo de continuidade abstendo-se ou mesmo entrando num governo de bloco central. A crise aberta no PSOE por ter viabilizado o governo de Rajoy é exemplificativa desse dilema

- Neste contexto, a esquerda parlamentar à esquerda do PS não se conseguiu unir para negociar uma proposta conjunta que tivesse mais capacidade reivindicativa preferindo-se, ao invés, uma abordagem concorrencial em que cada um reivindica em exclusivo para si próprio os resultados das negociações bilaterais com o PS.

- O acordo de apoio parlamentar a que se chegou foi, apesar disso, percebido popularmente de forma bastante positiva uma vez que revogou algumas das medidas mais duras da governação troikista. Contudo, se este acordo abrandou o ritmo da austeridade e se redistribuiu a sua carga, teremos de reconhecer que, por outro lado, não tem condições para acabar com ela, constituindo agora uma forma de normalização da austeridade que parece ter o efeito de paralisar a capacidade de apresentar e mobilizar alternativas políticas e sociais.

Depois do momento inicial revogatório que lhe valeu um estado de graça duradouro, o governo do PS mostra não ter um projecto político claro para além da gestão eficaz a curto prazo da sua sobrevivência. Apesar disso permanece popular porque a seu favor têm jogado: a desajustada campanha agressiva por parte da direita mediática; a incapacidade da direita política presa ao passado recente e sem capacidade de manter duas narrativas contraditórias: que o PS está a fazer austeridade de esquerda e que, ao mesmo tempo, está a acabar com a austeridade levando o país ao caos despesista; a conjuntura económica internacional positiva: o abrandamento do ritmo da crise, a descida do desemprego apesar do escasso crescimento económico, as taxas de juro, euro e petróleo em baixa, o alívio da pressão da Comissão Europeia face à ameaça de desagregação institucional da União Europeia e à instabilidade da sua banca. Qualquer solavanco nestes factores será um safanão decisivo para um governo sem estratégia para o país.

## **2. O BE para além do Orçamento de Estado**

- Chegados aqui, encontramos-nos perante um Orçamento de Estado para 2017 que prevê excedentes primários mas que continua os cortes no investimento público sem atender ao desemprego consequente, que compromete a educação e saúde, a cultura e o ambiente mas aposta nas intervenções militares no estrangeiro. Um orçamento que aumenta os impostos indirectos mas que não acaba com o maior aumento de impostos da direita: o reescalamento do IRS. Um orçamento que retira dinheiro às regiões autónomas mas mantém como facto consumado o garrote do pagamento da dívida comprometendo assim qualquer possibilidade de desenvolvimento soberano e de justiça social.

- O Bloco tem denunciado os salários absurdos de muitos gestores públicos, em particular os praticados na CGD. A persistência da atual administração de querer esconder o seu património nas declarações devidas ao Tribunal Constitucional, é motivo suficiente para a sua demissão. A transparência não pode ficar à porta do principal banco público e o governo de António Costa não pode continuar a virar a cara ao principal problema que é o de uma administração por si nomeada e que se acha acima de regras elementares de transparência

- À esquerda do PS teria sido preciso trilhar um caminho político diferente nos vários momentos até agora. Teria sido preciso propor ao país um orçamento de estado diferente que perspetivasse de facto uma melhoria significativa e inequívoca das condições de vida da maioria das pessoas que vivem e que querem viver em Portugal. Consideramos que seria preciso materializar a escolha anti-austeridade numa proposta de OE que não o apresentado pelo governo de António Costa. Este não reúne as condições mínimas para ser votado favoravelmente pelo Bloco de Esquerda.

- O argumento fatalista de que não há condições para fazer diferente ou o argumento conformista que tudo está bem porque não poderia ser feito melhor, são formas de fugir ao problema mais importante. Vive-se um ciclo vicioso em que politicamente não se vai mais longe devido à debilidade dos movimentos sociais e socialmente não se consegue fazer porque há um impasse político.

- E apesar disso, na mobilização contra as alterações climáticas, no grito dxs imigrantes pela exigência de documentos e pelo reconhecimento da sua dignidade, nas mobilizações dxs bolseirxs e do sector da cultura ou na greve da função pública, novembro foi um mês em que a rua voltou a ser o palco privilegiado da luta social. A aspiração das 35 horas de trabalho em todos os setores, público e privado, ou a exigência do salário mínimo de 600 euros já a partir de 2017, fazem caminho juntando militantes e ativistas sociais, sindicatos e associações de classe. É justamente aí que a esquerda pode construir alianças para o futuro e afirmar-se como alternativa à política do centrão.

- Para mudar esta situação é necessário perceber que uma nova relação de forças não nascerá favorável para a esquerda de qualquer acontecimento exterior, que não devemos ficar paralisadxs pelo medo do regresso da austeridade dura com um regresso da direita ao poder ou a confirmação da austeridade light com uma futura maioria absoluta do PS. A alternativa que o país necessita não pode ser feita de ziguezagues mediáticos mas da coragem da coerência; terá de ser construída pacientemente no renascimento dos movimentos sociais e numa relação de respeito e autonomia com outras forças políticas. Essa é a tarefa imediata do Bloco.

### **3. Aprofundar alternativas localmente**

- O BE deve começar desde já a empenhar-se na discussão aberta e nos órgãos próprios das prioridades políticas para as eleições autárquicas de 2017. É necessário que a política à esquerda se enquadre nos tempos e nos limites da democracia interna e não seja desviada pela voragem mediática.

- É necessário priorizar o apoio a candidaturas de cidadãos e cidadãs que repercutam as reivindicações por justiça social nas respostas à austeridade e a defesa intransigente dos serviços públicos locais. Nos sítios onde isso não for possível, o Bloco deve ter como prioridade envolver ativistas e todas as pessoas interessadas em mudar a política na discussão do programa e na composição de listas próprias do BE.

- Em cada situação concreta, o BE procurará promover a realização de sessões abertas à população para discutir programa e a linha política de cada candidatura. Nesta política definida na base tem de estar presente a clareza relativamente à possibilidade de alianças pós-eleitorais: a indefinição política sobre as condições de um futuro entendimento para a gestão de órgãos locais em nada beneficia a mensagem de mudança que o BE quer trazer para estas eleições.

- Neste sentido, o BE deverá realizar uma Conferência Nacional Autárquica com poderes deliberativos que defina uma carta de princípios para xs autarcas eleitxs em listas do Bloco e um programa mínimo comum para o país, identificando os principais desafios para políticas locais à esquerda e aprofundando o campo da alternativa.

#### **4. Congresso do Partido da Esquerda Europeia**

- O Partido da Esquerda Europeia (PEE) reunirá o seu congresso em dezembro para definir um novo programa e estratégia política. Esta força política agrega diferentes partidos de esquerda europeus que, embora partilhando um entendimento geral de diversos temas estruturantes, se encontram hoje perante divergências importantes num dos pontos mais fulcrais com que a política presente nos interpela: a resposta à questão da União Europeia e do euro.

- O Bloco de Esquerda tem, partindo de uma análise crítica da União Europeia e do euro, defendido que, na eventualidade da prossecução de uma política austeritária e de o confronto com a burguesia ser acompanhado pela chantagem de expulsão da UE e do euro, a esquerda tem de estar preparada para não ceder e, se esse cenário se concretizar, dirigir uma saída do euro ou mesmo da UE à esquerda. Não de forma isolacionista, mas, pelo contrário, intensificando as ligações internacionais com movimentos e partidos anticapitalistas. Um dos riscos do atual comprometimento do Bloco com um governo que continua a implementar a austeridade é a militância abdicar desse horizonte e ceder às lógicas da política do inevitabilismo reformista.

- É necessário preparar este e novos confrontos com as instituições europeias, colocando em cima da mesa todas as possibilidades. Este posicionamento não é - infelizmente - verdade para uma parte considerável dos partidos que compõem o PEE, nem é a linha política que orienta o documento de resolução política a ser votado neste congresso.

- A falta de um balanço crítico da experiência do Syriza no governo grego, que se encontra presentemente a aplicar um duríssimo terceiro programa de “resgate”, é uma ausência fundamental do documento político preparatório que tem vindo a ser discutido no seio do PEE. O Bloco de Esquerda recusa a cedência à *realpolitik* e a austeridade de direita aplicada por partidos que reclamam discursivamente uma sociedade socialista.

- Para além desta falta, este documento abre claramente um novo posicionamento em relação às estratégias para os partidos à escala nacional. À viragem da política ao centro ao nível europeu, junta-se uma tentativa de determinar como nova estratégia a composição de governos de coligação com os partidos da social-democracia europeia, fazendo do caso de Portugal um caso a seguir. A candidatura única de Gregor Gysi do Die Linke à presidência do PEE revela precisamente esta viragem, tendo em conta a discussão já existente dentro do seu próprio partido.

- O Bloco de Esquerda participará no congresso do PEE mas não abdicará de demonstrar claramente as suas posições, evitando criar consensos artificiais. Por exemplo, o BE não poderá deixar passar em claro a proposta extravagante contida no documento de abolir a prostituição. Assim, Bloco de Esquerda proporá um documento que critique abertamente as opções do Syriza no governo grego e a viragem ao centro da esquerda europeia expressa neste documento.

- Para além disto, o BE assinala que o PEE não esgota o campo progressista e socialista. Por isso é necessário reforçar fortemente o contacto com outros movimentos sociais e partidos ao nível europeu e mundial, como o “Plano B”, para que exista um combate organizado às direitas e a possibilidade de um reflorescimento de revoltas populares à esquerda.

## **5. Erdogan e o aprofundamento do contra-golpe**

- No passado dia 4 de novembro foram detidxs, pelo Governo turco, várixs líderes, membros e porta-vozes do HDP (Partido Democrático dos Povos). Estas detenções vêm na sequência da reacção do Governo à tentativa de golpe de Estado no passado mês de julho. Erdogan está, basicamente, a tirar proveito da arbitrariedade do estado de emergência declarado após a “tentativa de golpe”, para purgar quaisquer vestígios de oposição ao poder do AKP no Estado. Primeiro xs supostxs “gulenistas” e agora a oposição à esquerda.

- Foram suspensxs 11 mil professorxs (dxx quais 9 mil estão organizadxs no sindicato pró curdo “Eğitim-Sem”), foram despedidxs milhares de funcionárixs da administração pública, foram encerrados hospitais, escolas, universidades, fundações e associações. Isto para além de se terem banido mais de uma centena de jornais, rádios e canais de televisão. A última purga foi ao jornal de esquerda liberal Cumhuriyet: 9 editorxs e jornalistas foram detidxs sob a acusação absurda de cometerem crimes em nome da FETO e do PKK. Foram ainda detidxs cerca de 200 autarcas, do DBP e do HDP, das cidades do sudeste da Turquia, onde reside a maioria da comunidade curda. Nesta autêntica tomada do aparelho do estado o Governo substituiu-os por pessoas da sua confiança, como se fosse um regime colonial.

- As purgas chegaram a todo os níveis do Estado: militares, polícia, serviços secretos, escolas e ao sistema judiciário. Estima-se que estão detidas cerca de 30 mil pessoas. As mais importantes instituições do Estado estão, por lei, sob controlo directo do AKP: do tribunal constitucional aos reitores das universidades públicas.

- O BE, ao denunciar todas estas práticas, não pode deixar de acusar a relação da UE com a Turquia. Ao priorizar o acordo vergonhoso para estancar a imigração, a UE dá ao Governo turco liberdade para continuar a sua deriva autoritária e fascizante. O Bloco de Esquerda condena os ataques do Governo Turco aos Direitos Humanos, às liberdades democráticas e ao Estado de Direito. O Bloco de Esquerda condena, também, a conivência e hipocrisia da UE com este processo.

## **6. Trump e a polarização da política à escala mundial**

- O multimilionário Donald Trump conseguiu ter a maioria dos votos no colégio eleitoral necessária para ser eleito Presidente dos EUA depois de ter sido incapaz de cativar o “centro” e os “moderados” e de ter estado atrás na maioria das sondagens. Utilizou durante a campanha a mentira, desdisse-se, apresentou argumentos racistas, machistas, populistas e aproveitou “notícias” não confirmadas. Convém no entanto enfatizar que esta vitória não foi total uma vez que Hillary Clinton venceu o voto popular directo por mais de dois milhões de votos e que mais de 49% do eleitorado se absteve. Além deste facto, existem indícios de fraude eleitoral a favor do candidato Republicano, o que levou a candidata do Green Party, Jill Stein, a desencadear o processo de recontagem de votos em vários estados-chave.

- Contudo, a confirmar-se, a vitória de Trump deve ser assinalada como um perigo mundial. As tentativas de capitalização desta situação por parte de Le Pen e Farage são apenas amostras das potencialidades de crescimento de uma onda reaccionária que já antes se fazia sentir, por exemplo, em sectores significativos de votantes pró-Brexit ou nas mobilizações que acompanharam o golpe de Estado no Brasil.

- Compreender a vitória de Trump implica também o reconhecimento do falhanço do social-liberalismo e da política do *establishment* americano. O Partido Democrata acabou por perder para Trump quando poderia ter ganho com Sanders. A dificuldade em mobilizar as suas bases em Estados decisivos para votarem numa candidata que é a figura da política dominada pelos interesses, demonstra claramente a polarização da política em momentos de crise e a crescente necessidade de reorganização da esquerda americana, capaz de dar uma resposta à crise da política e à política da crise de forma solidária, colectiva e internacionalista.

- O Bloco de Esquerda empenhará as suas forças neste combate internacional ajudando na construção de uma alternativa popular que consiga resistir às ondas fascistas e que não se resigne ao situacionismo dos mercados e à austeridade permanente.

*Subscrevem:*

*Alex Gomes*

*Catarina Príncipe*

*Carlos Carujo*

*Inês Santos*

*João Rodrigues*

*José Luís Carvalho*

*Joseph da Silva*

*Luís Filipe Pires*

*Mário Martins*